



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 09/06/2015

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e quinze, em convocação para realização no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo **segmento dos Usuários** – **Conselheira Zorete Andrade da Silva (Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais do Brasil - AFDM); Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD); Conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); Conselheiro Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); Conselheiro Milton Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); Conselheira Maria Alice Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Conselheiro João Dionísio Menezes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Conselheiro Adelton Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde AP 4.0); Conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos Profissionais de Saúde – **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ); Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ); Conselheira Vivian Peixoto Nogueira (Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio de Janeiro - SINDENFRJ); Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED) e Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços – **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheiro Rogério Marques Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio) e Conselheiro Rosemberg Pinheiro (UFRJ). A reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) iniciou-se tendo como pauta: distribuição da Ata de 12/05/2015; **1) Deliberação da Ata de 07/04 e 14/04/2015; 2) Deliberação dos processos: 09/004359/2014. Assunto: Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, credenciamento de Atenção Especializada em Oncologia - AP 2.2; 09/003734/2014. Assunto: Hospital Estadual Rocha Faria. Habilitação/ renovação de Referências Hospitalares em Gestação de Alto Risco - AP 5.2; 09/004535/2014. Assunto: Hospital do Câncer I - INCA I, habilitação em Atenção Especializada em Oncologia - AP 1.0; 09/003731/2014. Assunto: Hospital Federal de Bonsucesso, renovação da habilitação de referência hospitalar em gestação de alto risco - AP 3.1; 09/004358/2014 (Volume I, II e III). Assunto: Hospital do Câncer III, credenciamento de Atenção Especializada em Oncologia - AP 2.2; E-08/01/5844/2014. Assunto: IEDE, habilitação como Unidade de Atenção Especializada no processo Transexualizador realizando acompanhamento clínico,********

pré e pós-operatório e hormonioterapia - **AP 1.0 - 10 minutos**; **3) OFÍCIO S/SUBGERAL/CGCCA Nº 476/2015**. Assunto: Edital de Chamamento Público 002/2015, processo administrativo 09/000784/2015 para contratação e credenciamento de estabelecimentos de saúde com vistas à prestação de assistência a saúde em Cuidados Prolongados - 10 minutos; **4) OFÍCIO S/SUBGERAL/CGCCA Nº 477/2015**. Assunto: Edital de Chamamento Público 003/2015, processo administrativo 09/000825/2015 para contratação e credenciamento de estabelecimentos de saúde com vistas à prestação de serviços de Apoio Diagnóstico de forma complementar ao SUS - 10 minutos; **5) OFÍCIO S/SUBGERAL/CGCCA Nº 499/2015**. Assunto: Edital de Chamamento Público 004/2015, processo administrativo nº 09/000824/2015 para contratação e credenciamento de estabelecimentos de saúde com vistas à prestação de serviços de Apoio Diagnóstico de forma complementar ao SUS - 10 minutos; **6) SISPACTO**. Assunto: aprovação dos ajustes das metas para 2015 - 60 minutos; **7) Comissão de Educação Permanente; 7.1 - Instituto Pro Mundo**. Assunto: apresentação da Prevenção da exploração sexual com a preleitora Vanessa Fonseca, Coordenadora de Programas - 30 minutos; **8) Comissão de DST/AIDS**. Assunto: Escolha de novo presidente para a Comissão - 30 minutos; **9) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 20 minutos**; **10) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 10 minutos**; **11) Informes do Colegiado - 30 minutos**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** iniciou a reunião às quatorze horas e trinta minutos, dando boa tarde a todos e lembrando que tinha sido distribuída na entrada a Ata de 12 de maio de 2015 e começou a compor a Mesa chamando a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**, representante dos Usuários, substituindo o presidente do Conselho; a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva**, representante dos Usuários; a **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite**, representante dos Gestores; o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano**, mandou mensagem pedindo que fosse substituído por outro conselheiro do segmento Profissional de Saúde até que o mesmo chegasse, mas como não havia nenhum representante foi dado início aos trabalhos informando que, assim que chegasse um profissional de Saúde, esse assumiria o lugar na Mesa. Passou a palavra à **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** que deu boa tarde e como estava meio rouca pediu ao **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** para ler a Pauta acima descrita. Antes da leitura pediu, em nome da Secretaria Executiva, para que fosse tirada da lista de processos, no item **2)**, o processo **E-08/01/5844/2014**. Assunto: IEDE, habilitação como Unidade de Atenção Especializada no processo Transexualizador realizando acompanhamento clínico, pré e pós-operatório e hormonioterapia - **AP 1.0**, pois a Comissão Executiva havia verificado uma pequena pendência e que tinha sido enviado para a AP 1.0 para que fosse sanada a referida pendência, porém não tinha voltado a tempo. Dando continuidade, leu a pauta e informou que o processo **09/004359/2014**. Assunto: Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, credenciamento de Atenção Especializada em Oncologia - **AP 2.2**, também tinha tido uma pendência, mas que já havia sido sanado com o envio do parecer. Com relação ao item **8) Comissão de DST/AIDS**. Assunto: Escolha de novo presidente para a Comissão - 30 minutos, pediu à Coordenadora da Mesa para que esse item fosse retirado do ponto de pauta, pois o presidente atual da referida Comissão, que havia pedido o ponto, solicitou para que fosse colocado na próxima reunião já que não poderia estar presente e gostaria de discutir esse assunto com os conselheiros. Ratificou a pauta com exclusão do processo citado e do item **8) Comissão de DST/AIDS**. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** retomando a palavra colocou a pauta para aprovação e **a pauta foi aprovada por maioria simples dos votos**. Passou ao item **1) Deliberação da Ata de 07/04 e 14/04/2015 sendo aprovadas por maioria simples dos votos**. O item **2)** foi **aprovado em bloco pela maioria simples dos votos** com a exclusão do processo **E-08/01/5844/2014**. Assunto: IEDE, habilitação como Unidade de Atenção Especializada no processo Transexualizador realizando acompanhamento clínico,

pré e pós-operatório e hormonioterapia - **AP 1.0** e do item **8) Comissão de DST/AIDS**. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)** pediu para que o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** colaborasse com a Mesa e lesse os itens **3), 4) e 5)** e explicasse. A **Conselheira Vivian Peixoto Nogueira (Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio de Janeiro - SINDENFRJ)**, representante dos Profissionais de Saúde, havia chegado e tomado assento à Mesa. Dando continuidade, o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** disse que não era a primeira vez que viam esses Chamamentos Públicos e que toda vez que havia um para suprimento de alguma deficiência por parte de prestação de serviços, vinha esse comunicado para o Conselho Municipal de Saúde solicitando o Chamamento na área pretendida e depois que atendessem a tudo que tivesse sido pedido, montariam o processo e passariam um a um pelo Conselho como todos os outros passavam para que fizessem o contrato ou convênio com a Secretaria. O item **3) OFÍCIO S/SUBGERAL/CGCCA Nº 476/2015**. Assunto: Edital de Chamamento Público 002/2015, processo administrativo 09/000784/2015 para contratação e credenciamento de estabelecimentos de saúde com vistas à prestação de assistência a saúde em Cuidados Prolongados era para que trouxesse casas de repouso ou clínica para tratamento após os pacientes terem passado pelos hospitais e que precisem de um tratamento mais prolongado. Disse que hoje tinham a Casa Nossa Senhora das Graças, do **Dr. Sebastião Till**, que fazia isso. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)**, dando aparte, disse que essa Casa era de repouso e o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** disse que lá também faziam esse tratamento mais prolongado também e que era para liberar leitos nos hospitais de emergências. Continuou dizendo que era um Edital longo e que vinha com todos os detalhes e que tinha sido verificado pela Comissão Executiva e que alguns membros tinham até levado para ler mais atentamente em casa e que não era cuidados geriátricos e sim, cuidados prolongados. O item **4) OFÍCIO S/SUBGERAL/CGCCA Nº 477/2015**. Assunto: Edital de Chamamento Público 003/2015, processo administrativo 09/000825/2015 para contratação e credenciamento de estabelecimentos de saúde com vistas à prestação de serviços de Apoio Diagnóstico de forma complementar ao SUS era para os serviços de Cardiologia Intervencionista Hemodinâmica, Exames Anatomopatológicos, Radiologia, Diagnóstico por Imagem, Radiologia Intervencionista, Teste Ergométrico, Eletroencefalograma, Eletrocardiográfico por Telemedicina, Diagnóstico em Pneumologia, Serviço de Endoscopia do Aparelho Digestivo, Serviço de Endoscopia do Aparelho Respiratório, Serviço de Endoscopia do Aparelho Ginecológico e coleta realizada da estrutura laboratorial. O item **5) OFÍCIO S/SUBGERAL/CGCCA Nº 499/2015**. Assunto: Edital de Chamamento Público 004/2015, processo administrativo nº 09/000824/2015 para contratação e credenciamento de estabelecimentos de saúde com vistas à prestação de serviços de Apoio Diagnóstico de forma complementar ao SUS era de recursos humanos de médico Urologista, médico cirurgião de Aparelho Digestivo, médico Cirurgião Geral, médico Cirurgião Pediátrico, médico de Endoscopia, médico em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, médico Residente, médico Cancerologista Cirúrgico, médico Ginecologista Obstetra, médico Cirurgião Geral em Obstetrícia, médico Nefrologista, Cirurgia Vasculard. Disse que eram Chamamentos Públicos para esses serviços e depois do Chamamento com o atendimento das empresas ou prestadores de serviços por Filantropia que atenderem aos editais, serão feitos os processos administrativos que passarão pelo Conselho de novo para verificarem tudo e poderem fechar contrato ou convênio. Que nesse momento era apenas para darem o consentimento para os Chamamentos públicos. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** pediu cópia dos editais e o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** disse que as datas e páginas das publicações dos referidos editais no Diário. O Diário Oficial do dia 18 de maio de 2015, da página 35 a 51; o Diário Oficial do dia 14 de abril de 2015, página 43 a 57; o Diário Oficial do dia 14 de

abril de 2015, página 58 a 71. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** pediu para olhar os editais e foi dado vistas a ele. Dando continuidade a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)** passou ao item **6) SISPACTO**. Assunto: aprovação dos ajustes das metas para 2015 - 60 minutos. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)**, dando aparte, disse que a Comissão Executiva tinha dado 60 minutos para a palestra e disse que não havia em lugar nenhum todo esse tempo; que poderiam ter colocado 30 minutos e apresentação e 10 minutos para debate ou 20 para a apresentação, 10 para debate, enfim, que viam 60 minutos e tinham um “choque”. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)** ratificou dizendo que esse tempo englobava apresentação e debate, mas que iriam acatar essa sugestão. A **senhora Cristiany Ávila** iniciou a apresentação dizendo que trabalhava no Gabinete e que tinha vindo, na verdade, apresentar a Revisão de Metas do SISPACTO 2015. Ao final da apresentação finalizou dizendo que todo o material está disponibilizado na página do Ministério da Saúde e a **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** pediu para ressaltar que a apresentação também está disponível na página do Conselho Municipal de Saúde. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)** retomou a palavra abrindo para as perguntas. O **Conselheiro Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0)** deu boa tarde e se apresentando como popular “Marreta” perguntou por que não tinha chegado às mãos dos conselheiros o material impresso antecipadamente. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)** deu boa tarde dizendo que tinha sido apresentado a intenção de Metas, mas que ao mesmo tempo que era apresentada essa intenção de Metas como os aumentos, se conseguidos. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, pedindo um aparte, disse que na fala do **Conselheiro Marinaldo Silva Santos, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI** encerrariam as inscrições e a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** se inscreveu. Dando continuidade, o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)** continuou dizendo que tinha sido apresentado a intenção de metas, mas que ao mesmo tempo que era apresentada essa intenção de metas como os aumentos, com essas metas conseguidas ou alcançadas não se viam uma política da Secretaria Municipal de Educação para que pudessem conseguir atingi-las. Que se não se conseguisse atingir o mínimo necessário, não tendo equipamentos suficientes ou não tendo recursos humanos suficientes; o que se questionava era porque não tinham uma política de contratação permanente de servidores para poderem atingir essas metas; porque não criavam novos equipamentos para poderem atingir essas metas. Disse que a prefeitura tinha feito uma proposta de quatro equipamentos em Saúde Metal para atendimento a dependentes de álcool, craque e outras drogas e que tinham conseguido aumentar de quatro para oito equipamentos em quatro anos, mas que havia passado um ano e meio dessa proposta e que até hoje, em cima do que tinha sido pactuado, não tinha havido nenhum equipamento construído. Continuou dizendo que questionavam como iriam atingir uma meta sem o aumento dos equipamentos ou estariam atendendo mal. Disse que os recursos humanos também eram necessários e que ele não via uma política de recursos humanos necessária para isso. Que viam uma grande rotatividade de mão de obra e que o atendimento ficava a dever e que não se conseguia fazer vínculo com o usuário em função da grande rotatividade da mão de obra. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)**, representante dos profissionais de saúde disse que no início da plenária tinha chamado a atenção no edital

convitativo qual era a contratação de especialistas e instituições para serem vinculadas ao SUS. Continuou dizendo que a Prefeitura do Rio sempre tinha tido essa estrutura e as clínicas funcionavam maravilhosamente bem e ouvindo aquilo tinha ficado pensando que retrocesso estavam vivendo; por que não equiparam a rede pública de saúde com os especialistas que sempre tiveram; que infelizmente as pessoas se aposentavam e a política da Prefeitura era de contratação e não por concurso e que estão acabando com os servidores públicos, os especialistas e entrando as pessoas pulverizadas que tinham que baixar as cabeças e não discutirem a saúde como eficaz porque se discutirem serão demitidas. Disse que tinha ficado pensando nos contratos e que estavam voltando aos anos oitenta e isso era muito ruim para eles que tinham vivido os anos oitenta e lutado por uma saúde pública de qualidade e agora estavam acatando uma ameaça de fechar, mas que não acatava isso, a contratação, a privatização na cara dos usuários do Sistema Único de Saúde. Voltando a apresentação disse para a **senhora Cristiany Ávila** que tinha percebido que de 2013 a 2014 para cá não tinha havido mais a Residência para Enfermagem. A **senhora Cristiany Ávila** respondendo disse que tinha havido uma ampliação da Residência de Enfermagem na Medicina da Família, mas era multiprofissional e por isso não tinha contado a expansão. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)**, voltando a falar, disse que estava discutindo além disso e que não bastaria ampliarem a Residência dos profissionais de saúde que compunham os atendimentos a clientela e o SUS, mas não poderiam, também, aceitar as categorias que ficavam de fora por entenderem que ela não existia, existia sim e que a política para ser bem feita tinha que ter uma equipe servindo a toda hora no banco da academia, nos auditórios; sobre a interdisciplinaridade perguntou onde estavam as Residências dessas categorias. A proposta dela era a cobrança para que abrissem Residências para os profissionais que compunham o Sistema Único de Saúde, todas as categorias porque não existia um atendimento médico sem enfermeiro e que não seria tão eficaz se não tivesse o fisioterapeuta porque sabemos o quanto era importante o fisioterapeuta no CTI como um conselheiro havia falado na outra plenária; que tinha um acidente neurológico e outros e que precisava da Fonoaudióloga para que pudesse voltar a falar e que não viam essa discussão dentro do Conselho Municipal de Saúde que era a Casa para discutirem, exatamente, as questões dos trabalhadores de todas as categorias. Finalizou dizendo que queria colocar para nós, a atenção de todos conselheiros de saúde, não de dar conselhos, mas de cobrar um atendimento com eficácia para a nossa população e que quando eles ficavam calados era porque estavam consentindo e que gostaria muito que não saíssem na “pancada”, mas que trabalhassem com o governo na perspectiva de trazerem de volta a plena assistência à saúde, gratuita e de qualidade pelo Sistema Único de Saúde da rede pública de saúde da Prefeitura e que esse era o norte que poderiam deixar cair por terra e que a cada plenária que vinha, percebia que os companheiros estavam calados, mas que não podiam ficar calados assim porque cada um tinha uma representação e que se ela não representava o segmento dos trabalhadores não tinha o porquê estar lá e outros que não representavam não tinham também o porquê estarem lá. Que se fosse para fazer eco com o governo que ficassem em casa porque o governo tinha grandes proteções e o que precisavam era trazer o governo e a sociedade civil e desenvolverem um excelente política pública de saúde. Que não queria brigar com o governo nem discutir com o segmento da sociedade civil, mas queria dizer que ou voltavam a discutir a política de saúde ou não precisavam ficar no Conselho Municipal de Saúde somente aprovando e não tendo retorno das propostas. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, se reportando ao **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)**, disse que estava prestando atenção na avaliação dele e também querendo complementar que todos os aspectos tinham relação com o que ele havia falado sobre os riscos de formação e de

investimento no trabalho e na valorização do trabalhador. Disse como ele tinha falado no início que se as metas não tinham sido atingidas era porque não tinha uma política de recursos humanos, mas que na verdade esse tema da política de recursos humanos era fundamental, vital e praticamente o oxigênio que respiramos, só que a preocupação dela era de não generalizar porque todas as metas tinham a sua construção que relacionava direto ao trabalho e muitas que não eram atingidas não eram exatamente pela mesma razão e não colocar uma razão binária única. Sobre a Residência de Enfermagem disse que eram sessenta vagas e mencionando a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)**, disse que era isso sim, que tinham que investir em Residências Multiprofissionais porque as equipes eram multiprofissionais e o desenho de trabalho era assim; que não era uma coisa ou outra ou tinha a Residência Multiprofissional ou não e que tinham que fazer as Residências Multiprofissionais como na verdade já conseguiam em algumas áreas como na Saúde Coletiva e que o tema da formação da valorização do trabalho e investimento estava em pauta sendo discutido em todas as Conferências e que era importante que se ocupassem mais o Conselho Municipal de Saúde com essas discussões, mas com foco e que entendessem que não existia uma razão única e que essa era uma razão transversal, mas não era única. Sobre a Residência de Enfermagem disse que, em breve, a equipe que estava cuidando iria trazer notícias para eles de como estava e que achava que poderiam até ampliar e outras Residências serem tema da formação; sugeriu o encaminhamento que não somente de Residência mas de outra formação; que tivessem um pauta discutindo a formação focada nos programas de Residência, mas de forma ampla. A **senhora Cristiany Ávila** retomou a palavra dizendo ser suspeita, pois faria vinte anos de Prefeitura e treze anos de governo do Estado e ela que acreditava no sistema não desistia nunca e estava ali para lutar; disse que era de outra categoria, nutricionista e sanitarista mas que entendia o que havia sido falado, pois tinha trabalhado, também, na área clínica. Continuou dizendo sobre a gama de indicadores dizendo que queria ressaltar que hoje, dentro da Secretaria Municipal de Saúde tem um Grupo de Trabalho de Gestão de Indicadores que discute com todas as Subsecretarias esse desempenho não somente daquelas metas específicas do Acordo de Resultados do Prefeito, mas também, todos esses indicadores que acompanhavam e que tinham um espaço de discussão e que se colocava à disposição do Conselho para qualquer esclarecimento posterior. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)**, citando o **Conselheiro Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde AP 1.0)**, disse que em relação à apresentação, que não tinham recebido antes o Plano de Metas e que a apresentação tinha sido muito boa, mas que eram muitos dados. Perguntou se não poderiam mandar para eles o documento e, assim, aprovarem o Plano na próxima reunião. A **senhora Cristiany Ávila** respondeu dizendo que tinham prazo para colocar no sistema e o **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** completou dizendo que estava muito em cima e que eram muitos dados para julgarem numa apresentação e que precisavam olhar no papel. A **senhora Cristiany Ávila** disse que desde que tinham criado os indicadores era um rito das áreas técnicas da Região Metropolitana e o **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** disse que então não precisariam deles. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** disse que o prazo era até o dia vinte e quatro de junho e pediu licença para dar uma sugestão que seria encaminhar para os conselheiros por e-mail e que se não chegasse nada considerariam aprovado, mas que teria que ter um prazo até o dia vinte deixando claro no texto quem não respondesse era porque havia concordado conforme o que o **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** tinha acabado de falar. Ratificou que a ausência da resposta por e-mail significaria a aprovação. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de**

Janeiro - SASERJ) pediu questão de Ordem e disse que não constava no Regimento Interno que pudessem votar por e-mail e que tinham que ter esse cuidado e pensava que deveria ser votado em uma próxima plenária, após recebimento do documento que viessem aqui para aprovarem no Conselho. Que a questão de Ordem era que tivesse uma Reunião Extraordinária para votarem esse ponto porque, realmente, pensando bem, não dava para votar com consciência, que uma coisa era votar de qualquer jeito e outra coisa era votar com consciência e que não dava para votar com consciência em uma apresentação feita daquela forma longa, pois ficava difícil de acompanhar por mais que se queira e que não era pela apresentação não e sim por ser muita coisa para ser apresentada de uma vez só e que vissem a melhor forma de votarem presencialmente. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** disse que a proposta era que fizessem uma Reunião Extraordinária terça-feira, dia 16 de junho. A **senhora Cristiany Ávila**, dando aparte, disse que qualquer questionamento, independente do dia da votação, precisava ser conhecido porque cada um dos indicadores pertencia a uma área técnica específica e que ela era somente um porta-voz que consolidava as informações e esses questionamentos teriam que chegar antes para que pudesse trazer a área técnica para debaterem. A **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** pedindo questão de encaminhamento e de proposta sugeriu que fosse colocado dentro da página do Conselho e teriam acesso a todos os indicadores, de hoje até no máximo o próximo domingo, ficando em aberto para que o Conselheiro, até essa data, encaminhasse seus questionamentos e na segunda-feira houvesse possibilidade da área técnica saber quais seriam esses questionamentos para poderem responder na terça-feira. Como exemplo: questionamento - indicador tal apresentou tal e tal resultado. Continuou dizendo que se até domingo não viessem esses questionamentos, o questionamento que chegasse na segunda não seria contemplado, pois teriam até domingo e na segunda-feira os técnicos receberiam as perguntas e na terça-feira estariam aptos a responder. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)** disse que tinham que ter tempo suficiente para poderem fazer um estudo do que seria apresentado porque teriam que fazer um comparativo com as Metas anteriormente colocadas e que estava discutindo com a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** para saber o que significava esse aumento para que os seus questionamentos fossem devidamente colocados; que era sabido que aquela análise havia sido feita por técnicos capacitados, excelentes profissionais nesse sentido na Prefeitura e propôs que na terça-feira, esses questionamentos fossem feitos na terça-feira com a presença dos técnicos no Conselho Municipal de Saúde para poderem dar as respostas. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** tomando a palavra disse que tinha sido muito boa a proposta feita pelo **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)** porque todos tinham discutido e que já tinham visto a apresentação e que seria uma coisa muito rápida. O **Conselheiro Rogério Marques Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, dizendo que tentaria o impossível, que era juntar as duas propostas unindo o que ambas tinham de bom, sugeriu para que na terça-feira se encontrassem na plenária com os técnicos responsáveis para responderem os questionamentos que surgissem do Colegiado e propunha que a proposta da **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** fosse aprovada, também, para de hoje até domingo, o e-mail do Conselho recebesse os questionamentos porque isso preparava as respostas dos técnicos além de qualificar. Ratificou dizendo que de hoje até domingo o Conselho receberia os questionamentos e na terça-feira, poderiam surgir questionamentos novos; continuou dizendo que estariam contemplando aqueles que iriam encaminhar os questionamentos até domingo e, também, aqueles que estariam na terça-feira juntando o que tinha de bom nas duas

propostas. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, reforçando as falas, disse que eram sessenta e sete indicadores e que, não necessariamente, haveria dúvida e que era importante sinalizar antes para poderem convocar a equipe técnica, pois as pessoas tinham agendas e se puderem avisar com antecedência a fim de poderem estar presentes. Continuou dizendo que poderiam ter três, quatro ou cinco esclarecimentos e não precisariam chamar um número maior de pessoas e por essa conta, o quanto antes fossem sinalizados permitiria que chamassem as pessoas para esclarecer. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** tomando a palavra disse que aglutinaria as propostas da **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** e do **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)**, que fosse enviado o documento a partir de amanhã, por e-mail, para análise pelos conselheiros de hoje até domingo e na segunda-feira os técnicos da Secretaria avaliariam e terça-feira, na reunião Extraordinária, os técnicos estariam presentes para tirarem as dúvidas, inclusive as novas propostas que venham ter. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, dando aparte, disse que as novas que pudessem surgir, se não soubessem antes, não teriam como ter pessoas para responder e a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** disse que poderiam estar analisando isso na segunda-feira. A **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, dando esclarecimento, disse que nesse encaminhamento, que eram sessenta e sete Metas, supondo que tivessem cinquenta técnicos responsáveis por essas diferentes áreas e que se não houvesse o apontamento até domingo, que técnicos viriam, porque teriam indicadores que o Conselho não teria dúvidas e seria um indicador que tinha tido um acréscimo, tinha havido uma melhoria e o Conselho estaria satisfeito. Continuou mencionando um indicador da apresentação para exemplificar e disse que colocar cinquenta técnicos de diferentes áreas lá para terem respostas a questionamentos uns sim e outros não, que por gentileza, os conselheiros até domingo façam seus questionamentos porque dessa forma poderão convocar os responsáveis técnicos para estarem presentes na terça-feira. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** disse que o Regimento dizia que quando estivessem no meio de uma votação, havendo fala demais, que chegassem a um denominador comum. Ratificou o envio e recebimento de e-mail no sábado e domingo com o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** e o mesmo disse que a **senhora Cristiany Ávila** estará recebendo os questionamentos somente na segunda-feira, um dia antes da reunião Extraordinária. Como houve impasse, o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)**, disse que não acreditava, como a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** havia colocado, que houvesse sessenta e sete questionamentos aglomerando trezentos; que teria Saúde Mental, Formação, Concurso Público e que eram questões certas de acontecerem e que se domingo o pessoal encaminhasse e que achava que teria que ter essa abertura, também, na terça-feira. Que era evidente que não precisaria sessenta e sete técnicos para responderem, mas aqueles que fossem questionados, até domingo, estariam em condições de responderem na segunda-feira. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** perguntou se não houvesse nenhum questionamento até domingo que poderiam considerar o **SISPACTO** aprovado e a plenária respondeu que não porque tinha uma proposta para terça-feira. Dando continuidade disse que todos os técnicos teriam que estar lá e quem não pudesse ir não iria. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)**, retomando a palavra, disse que na segunda-feira a **senhora Cristiany Ávila** e a **Conselheira Patrícia** avaliariam e veriam que técnicos poderiam ser chamados. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira**

(Secretaria Municipal de Saúde - SMS), disse para pensarem com objetividade, que as pessoas tinham suas agendas e nem sempre estavam na Secretaria e sim em unidades e que estava achando muito perto a data de domingo para segunda e que se pudesse ser até sexta-feira eles ganhariam três dias; que se até sexta-feira à noite enviarem daria tempo de avisar com certa antecedência. Que os novos questionamentos, pressupondo que todos estariam lá, e se essas não puderem ser respondidas de imediato, não suspenderiam mais uma aprovação e o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)** respondendo ao que a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** havia falado sobre os técnicos terem suas atividades, que eles também tinham as suas e não sabia se naquele período teriam condições de fazer tudo que desejava dentro do que estavam conversando e que se o trabalho era para ser votado na terça-feira então trariam as propostas até terça-feira e aqueles que puderem trazer antes de terça-feira, sexta tinha havido uma proposta para não votarem porque o tempo não era suficiente para isso. Disse que uma coisa não eliminava outra e que sua proposta era que na terça-feira também houvesse possibilidade de serem feitos questionamentos. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, sinalizou para efeito de gravação da ata, que estava havendo uma discussão entre a **Conselheira Patrícia**, o **Conselheiro Marinaldo** e a **senhora Cristiany Ávila**. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)**, retomando a palavra, disse que iria aglutinar as propostas, que até domingo quem quisesse enviar questionamentos para a reunião Extraordinária de terça-feira, dia 16 de junho, e também que deveriam pensar melhor porque para fazerem uma reunião Extraordinária para discutirem um ponto ou dois, se não seria melhor tirarem a dúvida diretamente com os técnicos; um segundo encaminhamento da Mesa era de manterem a reunião com as propostas ou então, avaliarem a quantidade de reinvidicação para terça-feira. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, complementando a fala, disse que estava pensando se eles tinham visto algum absurdo na apresentação ou algo que tivesse chamado a atenção porque poderiam fazer um estudo e tirar as dúvidas, mas que dessem um voto de confiança para a **senhora Cristiany Ávila** e que ela pudesse ir em frente sem que precisasse fazer essa reunião Extraordinária para isso. Que manteriam com a **senhora Cristiany Ávila** o compromisso de tirarem essas dúvidas e o compromisso até de mais tarde fazer uma outra reunião Ordinária de crítica ao SISPACTO, uma coisa que se levasse em consideração no SISPACTO e o Conselho verificando se tinha sido feito e deixavam em ata e encaminhariam para a **senhora Cristiany Ávila** para que ela encaminhasse uma ressalva depois; que achava que isso seria prático e achava que a presidente da Mesa tinha razão. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)** disse o que estavam querendo eram os elementos para poderem votar bem conforme a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** havia colocado para saberem se estavam votando bem ou não; que se fosse apenas para fazerem apresentação e da apresentação houvesse a aprovação não precisava e o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, respondendo, disse que na Comissão Executiva tinha sido apresentado o SISPACTO e que ninguém da Comissão tinha levantado qualquer ponto desses e que achava um absurdo e que se a Comissão Executiva tivesse indicado de levar isso para os Conselheiros ou darem um tempo maior mas que não tinham feito e que já poderiam ter vindo hoje todos os técnicos. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** disse que a Comissão Executiva não deliberava sozinha e que eram pessoas que eles tinham eleitos para um prenúncio a fim de chegar ao plenário, senão viraria uma "bagunça". O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** disse achar que estavam levando a

coisa muito a "ferro e fogo" sem necessidade. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)** disse que eles, da Comissão Executiva, quando reunidos discutiam os processos e projetos que apareciam, mas sem entrarem no mérito dessas questões que surgiam na reunião porque isso tinha que ser feito pelo plenário; que era o plenário quem determinava a forma de avançarem politicamente e que se eles fossem fazer o papel da plenária na Comissão Executiva não adiantava ficarem ali e era evidente que muitas coisas que eles discutiam na Comissão Executiva e que passava porque não tinha a complexidade e que quando havia complexidade não tinham condições de discutirem na Comissão Executiva porque não havia elementos suficientes e que da Comissão Executiva traziam para o plenário. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)**, retomando a palavra, disse que quando eles generalizavam a Comissão Executiva no geral, achava que tinha havido uma falha deles e que sempre eles solicitavam na Comissão Executiva apresentação nas mãos deles para tirarem essa dúvida; que não deveriam sacrificar o companheiro que estava presente que é um profissional que acompanhava os usuários e o gestor por uma falha nesse momento. Que realmente discutiam tudo na Comissão Executiva, mas que não tinham solicitado que enviassem para os conselheiros e que isso tinha sido um ponto fraco deles e que ninguém estava lá para crucificar a Comissão Executiva e nem o companheiro. Que tinha havido uma pequena falha e que iriam corrigir da próxima vez. Perguntou se a **Conselheira Sônia Regina** tinha sido contemplada e a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde AP 3.2)** e a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** disseram que queriam falar e a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** disse que eram as últimas falas antes da votação. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde AP 3.2)** disse que tinha pedido a fala porque antes de fazer parte deste Conselho era também que achava tudo aquilo algo manipulador mas que estavam chegando pessoas novas e que a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** tinha enfatizado bem que deveriam ter cuidado com a falas e que essa impressão que tinham sobre o que a Comissão Executiva fazia e que não tinha visto isso passar e que eram seres humanos e passível de erro, mas que não tinham sido induzidos e que ficasse claro que ela tinha uma outra visão de que eram manipulados por isso e por aquilo, mas que hoje estava tendo uma perspectiva de poder dar "pitaco" em coisas que não tinha conhecimento de como os processos eram cansativos de verem e que tinha aprendido a olhar e que não ficavam de duas às cinco à toa; que pegavam aqueles processos e não era olhando para a área dela e que ninguém chegava perto deles para palpitar, não era assim. Disse que em nenhum momento eles eram manipulados e só estavam deixando aquela fala para as pessoas novas que estavam lá; que tinha o segmentos de usuários, dos gestores, dos sindicatos e que tinha se sentido "mexida" e que tinha muita liberdade para dizer isso. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, pedindo questão de Ordem, para deixar claro de acordo que a questão de Ordem diz respeito ao Regimento que de forma alguma estava querendo acusar qualquer membro da Comissão Executiva ou qualquer coisa. Que o artigo 27 do Regimento, Inciso III, alínea G diz que é de responsabilidade da Comissão Executiva responsabilizar-se pela análise e encaminhamento de documento dirigido ao CMS-RJ e que a Comissão Executiva fazia isso e que tinha passado e que acontecia, mas que é de responsabilidade da Comissão Executiva a análise e a forma como será encaminhado todo e qualquer documento como diz o Regimento. Continuou dizendo que voltava a falar que não havia nessa Comissão Executiva ninguém querendo manipular a fazer isso ou aquilo. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** disse que a coisa tinha ido para o outro lado e que não podiam

crucificar a Comissão Executiva por tudo, mas era claro que de deveriam cumprir o Regimento Interno e que essa apresentação que poderia sair hoje, mas que infelizmente iria atrasar e que era ruim para o governo e para eles porque imaginava que todos aqueles processos eram para todos enquanto cidadãos do Rio de Janeiro; que no seu ponto de vista ninguém tinha crucificado a Comissão Executiva, mas que achava que esses pontos deveriam ser discutidos na Comissão Executiva para que viessem para o plenário mais ou menos trabalhados; se a Comissão Executiva não estivesse sabendo o que trazia para o plenário imaginassem ela que chegava lá e encontrava somente leitura e aprovação ou não aprovação. Continuou dizendo que achava que a Comissão Executiva era para isso também e que falhar, falhavam todos os dias; que isso sirva de um chamativo e que lembrassem disso para quando tiverem um processo de porte grande, que era enorme, sessenta e sete itens, que passassem para os e-mails dos conselheiros para que viessem já com a leitura feita, as observações deles para que determinados tempos fossem preservados para uma discussão maior e se tivessem dúvidas que as trouxessem, se tivessem propostas, as trouxessem e que deveriam avançar para melhorarem o Sistema Único de Saúde na cidade. Dirigindo-se a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** disse que não era pedindo desculpas, pois não tinha visto nada tão grave para que cada um se sentisse culpado por alguma coisa que não pudessem resolver em uma leitura dinâmica e encontrarem respostas e soluções. Finalizou dando parabéns pela Comissão Executiva existir. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** agradeceu e pedindo para voltar ao “menu inicial” disse que não iriam aprovar. O **Conselheiro Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde AP 1.0)**, pedindo a palavra rapidamente, disse que não tinha tido a intenção de criar essa polêmica toda e que tinha citado a necessidade de que todos tivessem na mãos as coisas apresentadas para que pudessem dar o sim ou não. Disse que não tinha, não teve e que nunca teria dúvida da responsabilidade, a consciência, da transparência da Comissão Executiva até porque ela fazia parte deles; que isso não era a primeira vez que acontecia a não apresentação por escrito, antecipada para eles conselheiros e que sempre dava essa discussão quando isso acontecia. Finalizou pedindo para que evitassem que isso acontecesse. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** agradeceu dizendo que a **primeira proposta** era que não havia possibilidade de aprovação com uma ressalva e a **segunda proposta** era que tinha sido aglutinada duas propostas de até domingo o envio por e-mail para que na segunda-feira os técnicos avaliariam e na terça-feira, dia 16 de junho, terá a reunião Extraordinária às 14h. Houve uma falação sobre a fala da **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** e o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** disse que não tinham chegado a terminar devido ao surgimento de uma nova proposta que era a aprovação com ressalva na terça-feira e que então tinham duas propostas: não aprovavam e somente aprovariam na terça-feira e a outra era que aprovariam hoje com ressalva na terça-feira. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** reiterou as duas propostas e colocou-as em votação sendo a **segunda proposta** aprovada pela maioria simples dos votos. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, dando um esclarecimento, disse que iriam mandar naquele dia a apresentação por e-mail para os conselheiros e voltando ao **item 3, 4 e 5**, que eram as Chamadas Públicas e que o **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** tinha pedido vistas para dar uma olhada nos editais. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)**, tomando a palavra, disse que como era técnico em cirurgia vascular não conseguia se “despir” totalmente da profissão e que tinha chamado atenção que havia uma necessidade de convocação que envolvia cirurgia vascular e que a única coisa que ele tinha visto nas três propostas é que na terceira falava da cirurgia vascular para confecção de fístulas para

hemodiálise e que por acaso tinha tudo a ver com os diabéticos e que era a maior causa de hemodiálise no mundo; que como fazia muita fístula a uma população restrita ao Hospital da Marinha disse que sabia que trinta fístulas por ano que estava prevista ali era um número irrisório; que contratar trinta fístulas por ano na cidade do Rio de Janeiro era a mesma coisa que nada, pois era um problema extremamente sério, que a fístula era uma comunicação entre uma artéria e uma veia superficial para criação de uma veia com alto fluxo para que possa ser pulsionada para o funcionamento da máquina de diálise e que se isso não existir a outra chance era aquelas pulsões mais profundas que os pacientes ficavam com uma antena do lado ou na virilha, mas que como era prolongado acabava estragando a veia e diminuindo a possibilidade de sobrevida do paciente. Continuou dizendo que cada fístula perdida ou cada fístula não feita ou cada veia dessa perdida eram dez anos a menos de sobrevida para o paciente renal e que o problema da fístulas de acesso venoso definitivo para hemodiálise no Rio de Janeiro era muito grave. Disse que viam pessoas há três, quatro anos usando cateter e que quando iam fazer a fístula, não adiantava nada porque a fístula porque as veias profundas estavam entupidas e que precisavam de um procedimento muito mais caro que era a angioplastia profunda e que, então, a confecção de fístulas tinha que ser encarado de uma forma mais clara. Perguntou em que tinha sido baseado o pagamento de trinta fístulas, por quê somente trinta e que uma outra coisa que o deixava mais uma vez triste era a não previsão do atendimento do pé diabético em nível intermediário, porque já tinham uma rede primária que tinha sido treinada, que sabia cuidar bem e que se comparada com o resto do país era uma rede primária boa e que atendia melhor o pé diabético do que a maior parte das redes primárias do país. Disse que tinham uma rede terciária com hospitais de emergência que o paciente entrava para amputar e que não tinha nada no meio que era exatamente os centros que deveriam receber o paciente; que o médico e enfermeira da rede primária não tinham condição de cuidar e que iam fazendo curativo até que o paciente chegasse numa situação de ter que amputar a perna; que não tinha sido prevista essa possibilidade nesse edital. Disse que gostaria de deixar lembrado da necessidade que tinham de existir uma maior previsão e encaminhamento da confecção dessas fístulas e que a própria diálise tinha um comportamento parecido e que se acompanhassem bem o diabético iriam saber que teriam que fazer diálise um ano e meio antes dele entrar em diálise o que daria tempo de serem feitas essa fístulas tendo para onde irem e que nunca mais precisariam de cateter. Continuou dizendo que se não houvesse rede secundária adequada, um local adequado, não conseguiriam fazer isso. Perguntaram se cada fístula era para cada um dos pacientes e o **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** ratificou dizendo que trinta significava somente trinta pacientes por ano e que gostaria depois de saber qual era o número de renais crônicos novos, por ano, no Rio de Janeiro e se dirigindo à **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** dizendo que o problema era que o pagamento previsto era de cento e setenta e nove reais para a instituição e que ainda tinha que pagar o médico, a sala de cirurgia, a estrutura toda e que a empresa que fazia diálise lá fora recebia seiscentos reais ou setecentos para fazer isso e porquê na estrutura daqui era somente cento e setenta e nove; que eram perguntas e que dificilmente conseguiriam alguém para que fizesse trinta fístulas por ano a cento e setenta e nove reais. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, tomando a palavra, disse que, em primeiro lugar o serviço para confecção de fístula já existia na cidade principalmente nos hospitais onde preparavam para fazerem hemodiálise e que o Hospital Souza Aguiar fazia fístula, Miguel Couto e Lourenço Jorge também e que aquela era uma contratação a mais e que não sabia se era suficiente ou não, mas que tinha o pedido de solicitação e que era uma Chamada Pública e que depois terão os processos; que tinham que ver se as empresas iriam se apresentar, se as entidades filantrópicas também e que depois viriam os processos; que isso era o ponta pé inicial. A **Conselheira Maria José dos**

Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ), tomando a palavra, disse que deveria vir considerando que uma instituição fazia tanto e outra fazia outro tanto para que o conselheiro pudesse saber o que estava votando. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** disse que isso era apenas uma e que poderiam ter mais de uma e que aquela que se candidatasse teria que se comprometer com no mínimo trinta fístulas. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** disse que parecia que era um valor fixo de dinheiro e o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** disse que era por contratado e que o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)** tinha lido o edital de forma detida e que era por estimativa. Deu exemplo que poderia contratar a empresa de “Caiafa”, do “Romano” e a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** reiterou que era para empresas que quisessem prestar o serviço e o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** ratificou dizendo que era prestação de serviço ao município do Rio de Janeiro. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** disse que tinham no município do Rio coordenações de emergência que ele não sabia se faziam hemodiálise ou não e que não poderia dar aquela informação. Disse que tinham o Hospital Ronaldo Gazolla que era OS em outra coisa qualquer, que tinham o Hospital de Santa Cruz e que não sabia se esse Chamamento Público era para o Hospital Souza Aguiar ou para outras; reiterou dizendo que queria saber para onde já que o Hospital Souza Aguiar fazia porque estavam fazendo um Chamamento Público para empresas fazerem mais fístulas. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, pedindo a palavra explicou que tinham várias clínicas conveniadas que faziam há anos hemodiálise, bem antes das OS’s e que tinham vários hospitais e alguns também faziam hemodiálise e isso era outro ponto; continuou dizendo que as fístulas eram feitas somente em hospitais, que as clínicas não faziam fístulas e que isso visava tirar as filas dos hospitais para as fístulas e significava dizer que o Hospital Souza Aguiar, o Miguel Couto e o Lourenço Jorge, estavam com uma fila grande para fazer isso e que, então, iam ao serviço suplementar quando o serviço público não dava conta da carência de atender. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** perguntou se as clínicas de hemodiálise faziam fístulas e o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** respondeu que não, que só faziam a hemodiálise. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)**, dando aparte, disse que na área dela tinham cinco e que não faziam e que tinha que passar na rede hospitalar para colocar a fístula para voltar para a hemodiálise. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)**, retomando a palavra, disse achar que eles estavam mal informados e que podia ser que na área da **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)** não fizesse e que inclusive ele mesmo já tinha recebido vários convites para fazer fístula em “cliniquetas” ligadas a clínicas de hemodiálise em todas os lugares do Rio de Janeiro e que era para o SUS porque seiscentos reais entrava para a clínica de hemodiálise e ela repassava; que era “brincadeira” eles não saberem nem disso e que se não sabiam nunca tomariam providências porque isso era sério. Que eram fístulas feitas em condições sobre humanas por profissionais que não tinham um pensamento adequado; que isso era feito e que se fosse sério tinham que sair para impedir isso; que a maioria dessas fístulas eram feitas em “cantinhos”, “quartinhos”, no fundo da clínica. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)**, dando aparte, disse que ele estava falando do trabalho informal e não do credenciado e que se eles eram desinformados que ele teria que informar. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação**

Carioca de Diabéticos - ACD), retomando a palavra, disse que estava informando ao Conselho Municipal de Saúde; indagado quais clínicas, respondeu se queriam a lista de clínicas e que precisava saber quais eram as clínicas e questionou dizendo se queriam que ele fosse o inspetor, mas ele era o denunciante e que cabia a instituição ir e verificar. Continuou dizendo que qualquer clínica de hemodiálise, todas as clínicas de hemodiálise pagavam para fazer e algumas em péssima situação e outras em situação melhor e que algumas chegavam ao absurdo de propor que o médico da rede pública internasse, fizesse a fístula e recebesse deles como se tivesse feito em outro lugar; que era máfia e que então procurassem a máfia porque ele não tinha condição de sair em clínica por clínica fazendo isso; se uma denúncia desse tipo era importante era somente verificar quantas fístulas tinham sido feitas, qual o valor e a quem tinham pago e que era simples de verificar e não era ele que tinha que fazer isso. Que ele estava avaliando que era pouca e que inclusive setenta e nove reais era mais um estímulo para continuarem fazendo isso, mas quem estava sofrendo no final era o paciente e estava se colocando no papel do paciente dando informações de um profissional mas no papel do paciente e que era uma situação terrível. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)**, retomando a palavra disse que isso era uma coisa que não vinha para o controle social e que alguns entediam e alguns sabiam, mas não podiam se comprometer. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)**, pedindo a palavra, disse que precisavam ter calma nos processos de discussão porque a reunião irá até às seis horas e que podiam ter tranquilidade para verem cada ponto de pauta nos minutos que estavam colocados; que tinham dez minutos para discutirem cada edital e que até agora não tinha dado nem dez minutos para os três editais juntos. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)**, dando aparte, disse que já tinha sido apresentado e tinham pedido vista e o **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** confirmando o pedido de vistas, disse que o perdoassem; continuou dizendo achar que tinham que ter certa calma porque estavam num processo na sociedade que tudo que eles assumiam no Conselho e assinava lá seriam questionados mais à frente e concretamente isso entrava na questão como das órteses e próteses. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)**, dando aparte, disse que poderiam até ter que responder processo no Ministério Público. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED)** ratificou o aparte e disse para trabalharem com calma; continuou dizendo que se o plenário não estava esclarecido e que ele não tinha ficado esclarecido sobre qual destinação e por que faziam um edital de Chamamento para no mínimo trinta já sabendo que trinta era muito baixo para uma cidade como o Rio de Janeiro e quando a companheira disse que o Hospital Souza Aguiar e Miguel Couto fazia ele tinha entendido que teriam que saber como estava essa fila porque essa fila interessa a eles; que se estivesse estrondosa e essa medida estava sendo feita em valores tão baixos que não resolveriam e que também seriam contratado no mínimo trinta, pois não sabia concretamente quanto de dinheiro o governo iria arcar com essa contratação e achava que tinham que discutir melhor e as palavras do **Conselheiro Caiafa** corroboravam um pouco mais e que existia uma nebulosidade que precisavam esclarecer. Se reportando ao **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, disse que nessa área tudo que estava acontecendo inclusive no Ministério da Saúde tinha aberto uma sindicância e estava tendo um processo em nível nacional por causa da denúncia do Fantástico e até agora não tinha nada muito concluído mas as coisas já estavam começando a acontecer, pois tinham quadrilhas sendo presas e achava que tinham que tomar cuidado e sabiam que a equipe técnica da Secretaria fazia de tudo para que resolvessem o problema do paciente mas que nessa sofreguidão de resolver o

problema do paciente muitas coisas estavam sendo tocadas, no setor de saúde, por pessoas que não tinham olhos não muito bons para as questões que elas aproveitavam porque eram muito mais espertas do que eles e corriam mais rápido que a burocracia, Sabiam todos os meandros que eles não sabiam, conheciam todo mundo e que esse submundo, realmente, era muito complicado e, por isso, que sempre defendia uma saúde completamente estatal; que hoje éramos um sistema que ficava distribuindo dinheiro como um banco sem ser e que via hoje que esse era o grande problema do SUS; que era um banco, sem estrutura de banco, sem auditoria e sem possibilidade de fazerem isso e que ficava distribuindo dinheiro para tudo quanto era lugar, Chamamento Público e tal e quando iam ver como tinham visto lá em Santa Cruz esses dias nos jornais e era desagradável, pois pegava todo mundo de surpresa, o Secretário também e que tinha passado pelo Conselho. Continuou dizendo para terem calma e se era urgente porquê razão e que se não tinha urgência poderiam ter uma discussão maior sobre isso. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, se direcionando à presidenta da Mesa, disse que tinha sido feita uma denúncia muito clara e que eles deveriam encaminhar essa denúncia ao Ministério Público; que deveriam encaminhar a ata do Conselho com a denúncia feita pelo **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** para que o Ministério Público apurasse porque era uma denúncia muito grave. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)**, pedindo a palavra à presidenta da Mesa, disse que os conselheiros tendo a força da lei dos Conselhos de Saúde, dos Conselhos de Assistência, dos Conselhos disso e daquilo que nenhum conselheiro era obrigado nem exigido grau de escolaridade de ninguém e era preciso deixar claro que o voto dos conselheiros eram da forma que eles entendiam e que não exigia absolutamente nenhuma formação acadêmica para que o sujeito fosse conselheiro; continuou dizendo que tinha sido feita exatamente assim, desta forma para que o poder viesse de baixo para cima como dizia **Dom Morele**; que o poder tinha que vir de baixo para cima e não de cima para baixo e era por isso que os conselhos de direito estavam formados de uma forma popular e que era difícil para um trabalhador da área de saúde não especializado no assunto, era difícil para um usuário representante de sua comunidade soubesse o que era fístula e que iria perder dez anos de vida se aquele cateter fosse obstruído, enfim, se trinta fístulas era muito pouco e que era óbvio que para seis milhões de habitantes era muito pouco, que era somente pensar em seis milhões de moradores na cidade do Rio de Janeiro e que o conselheiro tinha toda razão e não tinha feito nenhuma denúncia que o Brasil não conhecesse; que tinha que deixar muito claro quando o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** tinha colocado, que não era para assombrá-lo porque eles estavam exatamente com a seriedade deste Conselho, com a seriedade da saúde, a seriedade e defesa do nosso povo. Que quando o conselheiro da AP 5.3 tinha denunciado, aliás Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3, se não se enganava, em outubro, tinha dito que cerca de oito milhões de reais tinham sido surrupitados na AP 5.3, perguntou se eles lembravam disso e responderam que sim e continuou dizendo que eles não tiveram um momento para discutirem absolutamente nada sobre essa “roubalheira” narrada, em Santa Cruz, pelas Organizações Sociais. Perguntou se ela estava certa ou errada e ratificaram; se direcionando a presidenta da Mesa, dizendo que se esse Conselho não abrisse espaço para o debate, ficaria aprovando processo igual cartório, mas nada; confirmou que queria trazer um debate Político da Saúde para esse Conselho para tentarem vender a política da saúde da nossa cidade e que a empresa tinha retificado que não tinha sido somente oito milhões e sim nove, dez, onze milhões de reais e que pensassem nisso. Disse que como poderiam ficar calados se o Presidente do Conselho Distrital de Saúde tinha falado aquilo no Conselho Municipal e que essa questão tinha ido para a rede nacional, televisão, jornais, rádio e etc e que nada tinha sido feito; que tinha vindo o Prefeito da cidade, corretamente,

dizendo que se fosse comprovado que teriam que ressarcir e que era o mínimo que deveria fazer, mas que esse Conselho não havia se pronunciado. Perguntou se tinha se pronunciado em algum momento contra; que não iria responder mais processo criminal, pois já tinha respondido mais de oito e tinha sido absolvida em todos os oito, porque tinham dito que ela tinha feito possivelmente e segundo fulano, beltrano e que não iria assumir uma denúncia que ela não conhecia. Que agora todos conheciam tanto pelo Conselho Municipal de Saúde quanto pelo Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 como, também, pela imprensa brasileira. Continuou dizendo que era preciso que esse Conselho Municipal de Saúde se posicionasse, que a imprensa se posicionava, o prefeito se posicionava e o controle social ficava quieto porquê razão; que precisavam trazer essas discussões e não era dizer que alguém era culpado ou o governo e que se tinha roubado não importava o DNA, se tinha roubado teria que devolver e ir para cadeia, não importando se era branco, preto, amarelo ou azul e que era isso que tinham que defender nesse Conselho e que sentia falta dessa discussão política, sentia falta da luta dos trabalhadores, da sociedade civil, dos usuários de dizerem no Conselho Municipal de Saúde que precisavam colocar o bloco na rua pel

a

saúde digna. Nesse momento alguém disse que faltava coragem. Continuou dizendo que não tinham discutido isso nas Conferências de Saúde e que todo mundo tinha ficado calado em relação a isso. Finalizou dizendo que não pensassem que não iria respingar nos conselheiros não porque se tinham o Ministério Público como controle eles iriam em cima deles. Se direcionando ao **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** dizendo que não tinha respondido mas que quando era Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social, que a presidente que tinha passado o cargo para ela tinha ido responder na CPI da Câmara dos Vereadores; que ela tinha ido lá para responder também, porque não tinha medo e que fazia aquilo que a lei permitia e que sabia dados de toda a Prefeitura, de toda Secretaria Municipal de Saúde e Assistência e que os conselheiros não detinham esse conhecimento porque não eram técnicos da área, mas que não podiam abrir mão do direito deles de questionarem, de falarem, de exigirem e de propor mudanças nessa política de saúde. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, se direcionando ao **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)**, perguntou se ele tinha falado em hum milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e cinco reais e o mesmo ratificou; continuou dizendo que no edital falava o tempo todo em candidatas habilitadas, no plural. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** disse que no final eram dezoito mil reais para fístulas. Continuando, o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** falou que era setenta por cento para fístulas cobertas pelo município e que precisava cobrir trinta por cento que estava descoberto. A **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ)**, para somar, disse que dentro do que a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** havia falado, dentro do que o **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** havia falado, que esse Conselho era uma pluralidade, não era singular, era formado por várias pessoas de várias entidades e patologias que representavam o Conselho e que essa informação que tinha sido dada ali e a outra informação dada com relação ao outro conselheiro sobre o “roubo” da outra gestão da OS, aquela denúncia que o **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)** tinha falado a respeito dos deficientes, que eles precisavam ir naquele local dentro da Secretaria Municipal da Pessoa Deficiente; que o Conselho não era somente consultivo é também deliberativo, que ele consultava e deliberava e que tinham dentro dele Comissões com vários nomes; perguntou ao **Conselheiro Jackson**

Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD) qual era prática dos Conselhos Distritais de cada AP e ela mesmo respondeu dizendo que tiravam uma Comissão para fazerem visita em determinada clínica e que essa denúncia que tinha sido feita por um profissional, que entendia da área como outros de outra área que não entendia, que estava fazendo uma denúncia como as outras, falou para a Mesa não que não tinham feito nada e que ela era executiva ; continuou dizendo que tinham que formar uma comissão, porque o municipal também podia encaminhar isso, fazendo um ofício para as clínicas que faziam esse trabalho com as perguntas que tinham dado como sugestão. Encaminhando disse que estava dando somente um exemplo e que era um Conselho deliberativo e não somente consultivo e que estava nas mãos dos conselheiros encaminhar isso e não fazerem somente na ata porque a ata fica interna e externa quando se precisava encaminhar, mas fazerem um trabalho, uma comissão com essas denúncias. A **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ)**, se reportando ao **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)**, pediu desculpas porque naquela época ainda era da Executiva e não tinha executado; que a denúncia tinha sido feita e estava em várias atas e ninguém tinha feito nada a respeito dos deficientes da Secretaria, dentro da nossa Casa. Continuou dizendo que gostaria que fizessem essas denúncias e que saíssem de lá com encaminhamentos do que tinha sido feito para trazerem na próxima, que a denúncia tal tinha sido feito isso; que sabia que era muito trabalho, mas que era o trabalho do conselheiro, de todos eles. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** disse que o **Conselheiro David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** tinha citado um dado importante, que o município conseguia fazer setenta por cento das fístulas, então, que o município sabia quantas fístulas eram necessárias por ano. Que faltavam seiscentos e noventa e sete e que então o município sabia quantas fístulas tinham e inclusive quem tinham feito as fístulas para ele. Se o Hospital Souza Aguiar tinha feito duas por semana, o Miguel Couto tinha feito três por semana, porque era mais ou menos isso que faziam, que o Hospital dos Servidores do Estado fazia uma por semana e quando dava e que os federais faziam talvez um pouco mais em Bonsucesso e que se tivessem dados efetivos e que o dado de pagamento, “siga o dinheiro” como o americano tinha falado, era uma coisa importante para saberem quantas fístulas tinham sido pagas pelo município fora da área pública; que dava para saber quantas tinham sido feitas na área pública e quantas tinham sido pagas e que talvez se pedissem uma lista nominal de quem tinha vindo aqui teriam alguns “pode ser”, como disse a **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ)** e que era possível que tivesse sido feita na mesma ocasião na rede pública e na rede privada. A **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, tomando a palavra para esclarecer, disse que essa informação e essa colocação seria impossível de vir no Diário Oficial de Chamamento Público e que isso era o início de um processo de um Chamamento Público para a execução de um serviço e que, posteriormente, empresas iriam se apresentar para o cumprimento desse Chamamento Público e esses processos iriam para análise; para encurtar a conversa perguntou para dar início ao processo de Chamamento Público para execução desses processos estava havendo empecilho ou estava tudo errado; que era isso senão ficariam lá até o dia seguinte uma coisa que tinha extrapolado o Chamamento; que era para poderem acelerar e não se perderem porque o detalhamento poderia ser, inclusive, solicitado pelo conselheiro, que fosse feito através, por que aí chamariam a área técnica necessária para ir lá e de novo, reiterou que seria impossível terem áreas técnicas ali para responderem quantas fístulas, quantas gizes porque ninguém tinha isso de cabeça a não ser quem trabalhasse com isso. Sugeriu que, formalmente, a **ACD – Associação Carioca de Diabetes**, solicitasse a esse Conselho uma explicação, na qual o **Conselheiro**

Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD) era representante e, enquanto instituição, que solicitasse esclarecimentos, fossem eles quais fossem e que conseguissem ultrapassar vendo a questão do Chamamento Público, se ele era relevante para o município, se o paciente que precisava desses procedimentos deveriam esperar mais tempo para terem esses atendimentos ou não. O **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** disse que tinha pedido as fístulas, mas que na verdade até tinha falado que não era nem para votar porque a votação já tinha sido feita e já estava aprovado e que tinha pedido para ver para que pudesse entender os quantitativos e o que era e a partir dali; continuou dizendo que essa pergunta oficial que a **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** tinha pedido para que ele fizesse, pelo que ele tinha sido informado, que tinha sido gravado para que a pergunta existisse e que, então, a pergunta já estava feita, que os dados específicos tinham sido difíceis e que ele, por exemplo, nunca tinha recebido respostas dos dados específicos sobre órteses e próteses, quantas eram bolsas e quantas eram pernas e quantos eram óculos; finalizou lembrando que gostaria sim que a pergunta fosse feita não somente fístulas como as outras e que tinham que discutir mais. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI)** disse achar que estavam fazendo o papel deles e se reportando ao que a **Conselheira Maria Alice Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2)** havia falado, ratificou que eram chatos mesmo e que achavam que tinham que ser porque esse era o papel deles, mas que era muito ruim quando uma conselheira ou um conselheiro vem aqui e faz o seu pronunciamento e sua fala e que ficava escutando com o que falavam dos deveres dos conselheiros e diziam que não faziam nada; que era muito ruim ficar escutando isso e que tinha um microfone que ela poderia utilizar a vontade para que pudesse falar. Se dirigindo à **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ)** sobre a questão dos portadores, que não eram portadores de deficiência que eram maltratados na Secretaria Municipal de Deficiência não, eram os profissionais que lá trabalhavam e que essa denúncia ele já vinha fazendo há muito tempo e que a Comissão de Saúde do Trabalhador já poderia estar dentro dessa secretaria tentando resolver questões que a Secretária ia contra os trabalhadores de lá e que tinham um número muito grande de adoecimento lá nessa secretaria que tinha sido isso que ele tinha falado. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.1)**, recapitulando, disse que na hora que ela, Mesa, iria colocar em votação, o **Conselheiro Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD)** tinha pedido vista e discordaram dizendo que já tinha sido votado. Ratificou dizendo que a **confirmação do Chamamento Público tinha sido aprovada**. Disse que a discussão era boa e que tinham que trazer esse tema para o Conselho com técnico e que lembrava do Conselheiro Roque que estava revoltado e nem estava vindo porque ele sempre tinha pedido socorro e falava do Hospital Federal de Bonsucesso, das fístulas e ela tinha ido nas clínicas e que tinha recebido várias denúncias do Ministério Público, para esclarecer e que nunca ninguém tinha ouvido o grito do companheiro e que era bom que retornasse isso, as cabeças pensantes que pensassem nisso e que não era somente as fístulas que tinha problema e o que tinha de renais crônicos precisando nas emergências, não faziam ideia e que ela podia falar porque estava sempre na emergência do Hospital Federal de Bonsucesso e que era inexperiente e não dominava esse assunto, mas visualizava e conhecia muito. Agradeceu. Dando prosseguimento passou ao **item 7) Comissão de Educação Permanente - 7.1 - Instituto Pro Mundo. Assunto:** apresentação da Prevenção da exploração sexual com a palestrante Vanessa Fonseca, Coordenadora de Programas - 30 minutos; apresentação. A **senhora Vanessa Fonseca** agradeceu ao Conselho pelo convite e espaço aberto para discutirem um pouco sobre esse tema que era um assunto importante para a sociedade e que fazia parte das atribuições da rede de proteção e que incluía a saúde também. Agradeceu

a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2)** como parceira de trabalho com esse assunto. Disse que gostaria de conversar e o que tinha trazido era dois assuntos ligados e que iria passar de forma rápida, pois eram temas complexos e passaria por algumas coisas um pouco mais rápido. A **senhora Vanessa Fonseca** disse que tinha recebido um papel do **Conselheiro João Dionizio Menezes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.3)** que tinha comentado como fazer prevenção se há quinze anos estavam pedindo um seminário dos três segmentos Saúde, Educação e Segurança para discutirem esses assuntos e que não havia interesse dos segmentos em se reunirem; disse que essa questão era bem importante porque estavam fazendo alguns trabalhos em outras cidades e que a principal abordagem e estratégia era tentar reunirem por meio de fóruns os diversos segmentos, a área da segurança, da justiça, saúde e educação, etc e que essa integração era importantíssima para os diversos assuntos e que de fato estava funcionando e por isso o convite e a participação junto com os conselheiros. A **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde – SMS)** agradeceu pela apresentação e disse que era muito importante poderem ter esses espaços e que não era um tema que se esgotava em um dia somente. Disse que tinha um convite que era também fazer uma interface do Hesfa com o Núcleo de Promoção da Cultura da Paz e Solidariedade e que lembrassem um pouco porque esse assunto era tão caro para eles, uma coisa que era fundamental e que quando não se tinha direito de cidadania garantidos, com pessoas desfiladas, que eram pessoas que tendiam a serem mais violentas por uma questão muito clara, porque se não tinha acesso à saúde, a educação, ao trabalho e que isso impactaria desde o nascimento e não depois, então, essa relação entre desfiliação, que nada mais era as pessoas que não tinham seus direitos garantidos, e violência, era muito forte e que isso não era diferente da violência sexual e que isso é uma transmissão; continuou dizendo que essas falas do tipo: ela provocou, ela convidou, ela não deve usar essa roupa, que isso na verdade tinha relação direta com a transmissão e quem falava isso falava em lugares onde tinha uma convicção muito grande, que não falava isso para se defender, mas porque acreditava nisso porque isso era passado de geração para geração; que só poderiam mudar isso pensando nessa relação direta com a cidadania e que era muito bem vindo e que poderiam desdobrar em outras discussões. Falou da questão do trabalho do Núcleo e também da Vigilância que não tinha sido possível, mas que seria interessante em outro momento terem o diálogo com a Vigilância em relação às notificações e as notificações e o desdobramento no cuidado, porque notificar era uma parte da história, mas o cuidado depois porque também tinha essa relação de achar que quem violentava não precisava ser cuidado, só precisava ser preso e era preso e era liberado e depois que era liberado da prisão voltava a violentar e que era uma questão polêmica. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI)** disse que a apresentação tinha sido muito boa e elucidativa e que tinha feito uma excelente apresentação e queria fazer uma recomendação, que não sabia se já tinha isso desenvolvido na educação do Rio de Janeiro que era um lugar que tinha muito a ver com o que tinha sido falado e colocado. Disse que existiam regiões do município do Rio de Janeiro que se via claramente as questões de exploração sexual de crianças e adolescentes e clinicamente quando uma criança era violentada e quando chegava na fase adulta sem que tivesse passado por um tratamento porque o tratamento é muito difícil e doloroso, não somente para quem estava sendo atendido, mas para o profissional que fazia o atendimento. Disse, inclusive, que existia ou ainda tinha na UERJ uma pós-graduação voltada para a questão da exploração da sexualidade infantil. Continuou dizendo que queria parabenizar porque, realmente, tinha sido muito bom e que achava que a educação era um espaço onde elas poderiam atuar muito bem. O **Conselheiro João Dionizio Menezes (Conselho Distrital de Saúde AP 3.3)** disse que o que a **senhora Vanessa Fonseca** tinha falado tinha trinta e três por cento a ver com saúde, trinta e três por cento a ver com educação e trinta e três por

cento a ver com segurança e que parecia que não havia interesse dos educadores falarem francamente com o menino, com o rapaz que já tivesse uma mentalidade um pouco mais avançada e que parecia que por debaixo disso tinha algum interesse escondido e que não sabia porquê escondiam as coisas numa época em que o homem já estava pensando em dominar o universo e que isso acontecia tanto na educação como na segurança e na saúde porque sem educação ou parariam na delegacia, no cemitério ou no hospital; que sem saúde não poderia estudar e não poderia respeitar as leis de segurança. Disse que achava que os três segmentos tinham que andar juntos e que se a **senhora Vanessa Fonseca** tinha falado muita coisa em segurança porque não tinha um juiz ou um delegado ali porque se perguntasse alguma coisa de segurança para ela, a mesma não teria condições de responder. Que ficava com essa interrogação e com setenta e dois anos ele lutava dentro do nono batalhão em Rocha Miranda até nas reuniões de educação nas CRE's, vinha lutando para que esse seminário viesse a se concretizar para que os três segmentos se juntassem e viessem conversar sobre os assuntos, porque o repórter do Globo havia morrido porque uma "menininha" ia pelada para um baile funk e que se essa menina tivesse um pai e uma mãe, tivesse uma imprensa, tivesse um movimento em volta dela que falasse que ela estava fazendo coisas erradas, coitado do Tim Lopes não teria feito aquela reportagem e não teria morrido. Continuou dizendo que o seu grande questionamento era porquê os três segmentos não tinham esse interesse de se reunirem e discutirem o problema e qual o interesse que tinha por debaixo dos panos. Agradeceu. O **Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2)** primeiramente parabenizou a **senhora Vanessa Fonseca** pelo trabalho e que não conhecia o trabalho dela e que sabiam que era um mercado que estava em crescimento e que segundo os dados da ONU não estava perdendo muito para o tráfico a exploração sexual de crianças e adolescentes e que só tendia a crescer no mundo inteiro e que no nosso município acontecia e que ia falar pela Zona Oeste, que conhecia bem, e que estava atrelada com a questão de pobreza e que Santa Cruz tinha um índice de desenvolvimento humano muito baixo e que tinha exploração abertamente declarada nas comunidades de Santa Cruz. Disse que na rodoviária de Campo Grande via isso claramente, na Pedra de Guaratiba perto da praia, e a pergunta era qual estratégia, haja vista que quando esse fato acontecia tinham essa dificuldade na comunicação como tinham levantado com a segurança ou com a saúde e, como exemplo, falou que tinha um caso de uma menina que tinha sido violentada na rodoviária e que tinha ido fazer a comunicação com a delegacia e que tinha chegado lá e ficado horas com os policiais rindo dela e dizendo exatamente o que já sabiam, que era culpa e que olhassem o traje e que depois tinha ido para um posto de saúde local e que todo muito tinha começado a rir; perguntou qual era a estratégia de comunicação nesses órgãos públicos porque a gente sabia que "pif" que as vezes falha e também com os atores sociais porque não bastava somente colocar o dedo e dizerem que a culpa era do poder público e nós, a sociedade civil, como poderiam se engajar na causa. Disse que lá na região tinham uma das grandes promotoras da defesa que era a Xuxa e que a Fundação dela ficava na Pedra e que todo ano tinham essa pauta das conversas, das campanhas e que esse ano tinham feito uma passeata lá na região ou também nas unidades locais, as escolas e que estavam sempre tendo esse debate por conta da instituição estar no local; continuou perguntando qual era a interface dessas campanhas com a sociedade civil. O **Conselheiro Milton Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1)** falou sobre a história do garoto e que se era mau, não tinham que ter complacência com o "safado", que não importava se era preto, amarelo, azul ou branco e que disse que queria saber que no decorrer viam que a moça pelo desenho que era uma temeridade e que deveriam tomar cuidado para não darem bobeira e com relação ainda a essa questão do comportamento que na Indonésia tinham passado "fogo" em dois camaradas que eram traficantes e eram brancos, que não tinha esse papo lá não, que lei era lei e que tinham feito muito bem. A **senhora Vanessa Fonseca**,

tomando a palavra, disse que a maioria tinha feito mais comentários que eram bem bacanas e na verdade para reforçar um pouco as coisas que tinham discutido lá, principalmente, sobre essa questão que tinham começado falando que era sobre o abuso e exploração sexual e achava que muitas das falas deles traziam um pouco de aspectos que mostravam que isso era necessário como, por exemplo, a questão da notificação e que quando pensavam em notificação era muito mais fácil verem dados relacionados ao abuso sexual, Agora, sobre exploração sexual não chegava porque está muito relacionada a uma rede criminosa, de olhar para uma menina que não percebiam que estava sofrendo violência e achava que isso também era uma questão importantíssima de se conversar inclusive com a Vigilância e os diferentes setores porque essa notificação, o olhar para isso, ele era bastante diferente e a exploração não era muitas vezes percebida por conta de todos esses estereótipos e preconceitos que eles tinham falado e que precisavam ser discutidos de fato em todos os setores. Continuou dizendo que eles, do Pró Mundo, eram parte da sociedade civil, que era uma ONG e o que estavam fazendo era tentar integrar os setores e que trabalhavam, principalmente, em parceria com saúde, educação. Que tinham muito trabalho nas escolas e faziam parte do STE tentando desconstruir essas ideias e esses estereótipos que estavam aí bem relacionados às questões dos direitos, porque eram justamente esses estereótipos, como a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** havia falado e que eram responsáveis por uma série de violações dos direitos que faziam com que eles não enxergassem que umas pessoas, ou que todo mundo, aliás, tinha os mesmos direitos para alcançarem as condições de seus desenvolvimentos. “Pouner quani”, educação e todos os setores eram igualmente importantes nessa causa, nessa desconstrução dessas normas que estavam relacionadas; que em relação o que a sociedade civil poderia fazer era se juntar nessa campanha e tentarem de fato conversarem e convocarem esses diferentes setores e tentarem introduzir essas perspectivas e, no caso deles, disse que tinham trabalhos relacionados e que não dava para fazerem tudo e que o papel deles era dialogar com esses diferentes setores pensando como as questões de gênero estavam ali associadas, mas que existiam outras questões que também estavam associadas e que também precisavam desconstruir, que era a questão de raça e etnia e que no papel era tudo igual, servia para todo mundo, mas na prática não era o que enxergavam, a mesma coisa com relação ao gênero e que no nosso cotidiano não era bem assim, mas ainda precisavam correr atrás disso tudo. Disse que pensando na coisa da pobreza e da ética, também, era mais uma questão que estava presente e tinha diferença em relação ao abuso e exploração, por exemplo, porque o abuso acontecia em todas as classes, meninos, meninas, homens, crianças, que isso acontecia nas “melhores famílias”, entre aspas, mas quando pensavam na ética, era uma questão muito relacionada à classe social porque eram as meninas que não tinham comida, que precisavam ou queriam possuir bens que estavam ali valorizados, que precisavam de roupa, etc. e que estavam colocadas nessa situação e a gente não percebia isso. Para comentar, disse que era muito importante essa observação da história, que essa menina não era tão nova. Disse que tinha aproximadamente dezesseis anos, mas era isso, que essa menina de quatorze, de quinze anos, que estava nessa situação era o nó da questão, que estava ali porque devia estar na escola, mas não estava, porque faltava uma série de condições que iriam garantir o desenvolvimento “de quani” dessa menina, que não existia, que a gente não olhava para ela, olhava para julgar, para dizer que estava de short curto, que ela tinha provocado, e que a idéia de usar essa imagem quanto tinham discutido com os parceiros era para trabalhar mesmo os estereótipos e essas imagens que a gente não reconhecia imediatamente para pensarem estratégias de prevenção e proteção das pessoas nessa situação e que não desse bobeira para todo mundo, para o “cara da venda”, que estava ali testemunhando essa questão, não desse bobeira para gente que estava ali na Comunidade dela e que às vezes observava essa questão e não aproveitava esse espaço. Que não desse bobeira para a menina

que muitas vezes não percebia, por exemplo, que essa era uma situação de violência também e que acabava ficando nesse lugar porque não tinha outras alternativas ou porque achava que precisava ter o celular da moda, que era o que todo mundo tinha e o que todo mundo valorizava, que não desse bobeira para esse cara que estava achando que ser homem significava esse tipo de relação; que não desse bobeira para todo mundo e quando trabalhavam esse material iam convocando essas reflexões. Aplausos e, a **Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2)**, fazendo as considerações finais, disse que queria agradecer primeiro à **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)** e a esse Conselho Municipal de Saúde com a Comissão Executiva que tinha aprovado e achado interessante o tema e a idéia era que a **senhora Vanessa Fonseca** ficasse em disponibilidade para quem pudesse e quem quisesse ir as AP's, levar um dia para estarem conversando. Disse que tinha pensado nas AP's porque estavam mais perto do público deles e esse "Não dê bobeira", estavam trazendo com muita propriedade os nossos condomínios; que muitos deles moravam em condomínios de médias, altas classes, mas que tinham também essas violências atrás das escadas, dentro do elevador e que os assédios aconteciam de todas as maneiras. Continuou dizendo que tinham pensado e que achava que a **Conselheira Patrícia de Albuquerque Ferreira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)** tinha falado de forma legal, que era essa a interface, porque nas Comunidades ela vinha escutando muito sobre o aumento da sífilis, da gonorréia e que estavam vendo um número muito maior de jovens e que a partir de nove e dez anos, principalmente, as meninas não queria dizer que os meninos também, estavam sendo violentados da mesma forma que as meninas e que esse "Não dê bobeira" era para olharem e ela há tanto tempo no movimento, há dezesseis para dezoito anos institucionalizada, agora, quando tinha participado e várias companheiras participarem dessa oficina com o Pró Mundo era que teve este olhar, porque isso para ela que falava de saúde o tempo todo, mas que essa questão da exploração sexual, não olhava muito, que era como ela tinha dito, que via muito isso mais próximo de traficante e enquanto mulher não tinha esse olhar e que a partir do momento que participou dessas oficinas que agora começava a olhar tinham a prostituição tão perto da gente ou a exploração muito perto e a gente colocava para debaixo do tapete ou piscava e não estava vendo, mas o que poderiam fazer com esse material, colocar nas igrejas, nos centros espíritas, na tendinha. Disse que no condomínio onde reside tem o quadro de aviso e que podiam colocar chamando a atenção para que tenham um outro olhar, porque não percebiam o que estava acontecendo se não tiverem esse apontamento; que se não apontarem, não olhariam para isso que era tão sério e mais uma vez agradeceu a **senhora Vanessa Fonseca** por estar aqui e que tinha alguns pedidos para fazer a após o término da reunião. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, retomando a palavra, agradeceu pela apresentação e passou ao **item 9) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 20 minutos**; Comissão de Saúde do Trabalhador, Comissão de Saúde, Comissão de Orçamento e Finanças, Comissão de Saúde Mental, Comissão de Gêneros, Raças e Etnias, Comissão Especial para Acompanhamento de Eventos de Massa, sem falas; Comissão de Educação Permanente tinha acabado de apresentar; Comissão de DST/AIDS, a **Conselheira Ângela Rocha de Lamare Leite (Secretaria Municipal de Saúde - SMS)**, dando informe, disse que no dia 13 de maio teve uma reunião da Comissão de DST/AIDS com representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado e da Secretaria Municipal de Saúde e que tinham discutido e pactuado algumas questões e que iria citar uma que achava que era da maior importância dentro do que estava sendo discutido sobre violência, estupro, assédio. Disse que no dia 13 tinha sido pactuado com o pessoal da SUBHUE que na semana seguinte seria inaugurado o pólo de atendimento, a PREP, Profilaxia Pré-exposição e que a pessoa que era violentada poderia se dirigir. A pactuação para que tivesse mais pólos de atendimento à profilaxia pós-exposição e agora, além do Hospital Souza Aguiar,

todos os hospitais, emergências, UPA's estavam preparadas para atender pessoas que tiveram preservativos rompidos, que tinham sido violentadas, as que tiveram algum contato com alguém positivo e que precisasse fazer alguma profilaxia imediata. Continuou dizendo que isso tinha sido feito dentro da Comissão e que tinha sido uma conquista do Conselho Municipal de Saúde através das suas comissões que tinha implantado o PREP em todas as unidades do CER e em todas as UPA's do município. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)**, retomando a palavra, passou para os Informes Gerais. A **Conselheira Sônia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2)** representando o Presidente Manoel João Santana que tinha pedido para comunicar que tinha uma consulta às 16h e que não tinha podia permanecer, mas queria agradecer a esse Conselho a presença na Conferência Distrital que teve duzentas e dezesseis pessoas presentes e que a presença dessa Secretária tinha ajudado muito e que na pessoa dos Conselheiros Patrícia, David e da Ângela e outros companheiros e que a percepção das pessoas, que elas tinham conseguido entender a necessidade da participação de usuários, associações de moradores, clubes, enfim, que tinham conseguido fazer com que viessem para essa discussão; disse que tinha sido entregue ao Conselho os trabalhos de grupo com reivindicação da área. Finalizou dizendo que em nome dela e do Presidente Manoel João Santana, para que fosse registrado, que queriam agradecer e desejar sucesso para as que já fizeram e muito mais para as que estavam chegando para fazerem. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)** agradeceu e passou ao item **10) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 10 minutos**. O **Conselheiro David Salvador de Lima Filho** informou que as Conferências Distritais estavam acontecendo e que amanhã teria a AP 2.2, abertura à noite e que no dia seguinte continuava; que estaria na abertura e no dia seguinte tinha compromisso com palestra na AP 2.2 e que a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)** iria representá-lo na abertura da Conferência da AP 5.3 e que iria somente no dia seguinte na AP 5.3, que se organizado assim. No sábado e domingo terá a AP 5.1 e que nos dias 26, 27 e 28 será a última Distrital de Campo Grande, da AP 5.2. Para deixar registrado em ata, informou ainda que as entidades do Conselho Municipal de Saúde que estavam com pendência em documentos, principalmente, ata de eleição, e que sabia que tinham feito eleição porque ele tinha ido na posse da pessoa e estava com a ata de 2012 vencida no Conselho. Finalizou dizendo que estavam vencendo todas as dificuldades e que as Conferências estavam sendo muito boas e que estava superando as expectativas dele e que o nível de discussão estava muito produtivo e muito "bacana". A **Conselheira Maria Alice Gunzburger Costa Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2)** convidou todos para a Conferência da AP 2.2 com abertura no dia seguinte, no Tijuca Tênis Clube às dezoito horas. Informou que o acesso é fácil para todos e que depois de amanhã, dia 11, a partir das oito horas da manhã até as dezoito horas porque fariam praticamente a Conferência em um dia e que amanhã será apenas a abertura. O **Conselheiro Milton Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1)** disse que no dia dezoito e dezenove foi realizada a Conferência Distrital de Saúde da AP 2.1 no Hospital da Lagoa projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e jardins do Burle Marx e que teve na abertura o Secretário de Saúde fazendo uma exposição, pela primeira vez no Conselho Distrital da AP 2.1 e que foi uma grande satisfação; Disse que a exposição rápida, mas interessante porque tinha feito um histórico das unidades de saúde federal, estadual e municipal e que tinha esquecido de colocar o Ministério Público Estadual. Disse que em seguida teve o ponto maior que foi a exposição da Pesquisadora e cientista Lia Maria e que tinha feito um excelente trabalho com a participação da plateia que apoiou com entusiasmo o que ela tinha falado. Continuou dizendo que teve uma excelente exposição da Coordenadora de Área, Dra. Paula Travassos, porque tinha colocado toda a AP 2.1, todas as unidades que atendiam a AP 2.1, hospitais, postos de saúde, UPA's. Que não poderia deixar de agradecer a participação com apoio

decisivo do Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde, **David Salvador de Lima Filho** e da Presidente do Conselho Distrital de Saúde, **senhora Vera Lúcia** que tinha pedido para que fizesse um agradecimento especial, inclusive na resolução de problemas. Agradeceu também a assessoria da Secretaria na pessoa da **Conselheira Ângela de Lamare e da Conselheira Patrícia Albuquerque**, que tinham ajudado muito. Continuou dizendo que a Conferência foi muito proveitosa para que pudessem ver o que tinham e o que precisavam e que paradoxalmente a Zona Sul, em matéria de área física para saúde do município não tinha nada de excepcional, com uma série de adaptações, puxadinhos daqui e dali, mas que funcionavam e que isso era importante. Disse que o prédio que poderia ser do Conselho Distrital de Saúde, na Glória, que será o CER. Informou que é muito bonito, mas estava fora dos padrões de arquitetura hospitalar, fora dos padrões da área e que ele tinha sido construído à revelia do município e que poderia descrever mais detalhes se alguém quisesse perguntar. Finalizou agradecendo a presença de todos na Conferência. A **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ)** disse que queria fazer dois informes, primeiramente, chamou o **senhor Carlos Cajajeira** e o apresentou como o novo suplente; que estava vindo como diretor do Sindicato, como novo secretário e também, novo suplente no Conselho; que era funcionário do Hospital Souza Aguiar e que estaria ajudando aqui. Disse que ele agora teria voz e voto quando o titular não tivesse presente. Continuou dizendo que tiveram uma reunião com a direção da Fundação Saúde, do Estado e que tiveram com a presidência da fundação para falarem sobre as questões dos auxiliares e técnicos de enfermagem que estavam com sérias reivindicações e que tinha conversado com eles e que estavam indo nas unidades onde estava essas Fundações de Saúde para conversarem com essas categorias a respeito do trabalho deles porque a Fundação dizia uma coisa e era a categoria deles que tinha que ser ouvida; que eles tinham dito que a categoria deles queriam trabalhar vinte e quatro horas e como sindicato, sabia que vinte e quatro horas para auxiliares e técnicos de enfermagem não era igual a vinte e quatro horas de enfermeiro, mas que já tinham algumas informações de alguns profissionais que queriam vinte e quatro horas, mas que iriam às unidades para fecharem esse assunto e depois conversarem com a fundação e que uma das conversas com a fundação era a questão do salário que atrasava, de descontos, que mandavam embora por justa causa, mas que não era justa causa, coisas que o município vivia hoje com as OS's. Continuou informando para deixar registrado em ata, que muitas vezes diziam que o sindicato não fazia nada, mas muito pelo contrário, estavam "ralando" muito e que o resultado era que não via de imediato, mas era um trabalho de formiguinha e que estavam aí na questão da Fundação Saúde do Estado e na questão da Mesa de Negociação e que o Conselho Municipal de Saúde os ajudasse a entregar esse Plano de Cargos e Carreiras para fecharem esse assunto com o **Dr. Daniel Soranz** em relação à Mesa. O **Conselheiro Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2)** convidou a todos para a Conferência Distrital de Saúde da AP 5.2 porque tinha sido adiada por conta do feriadão e que o prefeito tinha dado ponto facultativo e que não teria condições de ocorrer. Que irá acontecer no final de junho, dia 26 com abertura às dezoito horas com uma exposição da ONG Comunidade Verde em alusão ao mês do Meio Ambiente e às dezenove, credenciamento devendo terminar por volta de vinte uma horas. Informou ainda que nos dias 27 e 28 os debates no Sindicato dos Professores, em Campo Grande, na rua Maraí, número 180 e que estavam todos convidados. O **Conselheiro João Dionísio Menezes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3)** dando boa tarde, disse que daria dois informes e, primeiramente, agradeceu a presença de todos que prestigiaram a Conferência Distrital de Saúde da AP 3.3, nos dias 30 e 31 de maio, no Clube dos Subtenentes e Sargentos da Aeronáutica, em Cascadura. Disse que a Conferência tinha sido muito boa e que tinha transcorrido de forma normal defendendo a saúde da AP 3.3 com hum milhão e duzentos mil habitantes e que a única anormalidade que foi verificada, tendo em

vista, o esvaziamento dos Conselhos e que o Conselho deles precisava de mais de noventa delegados e que só tinham conseguido colocar vinte e quatro paridade muito grande de representante de unidade; que essa dificuldade, principalmente de agregarem usuários para defenderem a saúde de quase sete milhões de habitantes do Rio de Janeiro, que tiveram uma ideia e uma reviravolta nesse panorama e fizeram um documento onde conseguiram sessenta assinaturas propondo o encaminhamento ao governo municipal, de uma adaptação da Lei, para que as comunidades populares onde não tivesse associações de moradores pudessem ter flexibilidade para terem uma participação, porque um dos eixos da Conferência era novas formas de participação popular e que o documento deles estava dentro do contexto da Conferência e que não sabiam o porquê desse documento não ter ido à plenária e que em respeito a essas sessenta pessoas que tinham assinado esse documento que iriam encaminhá-lo, pessoalmente, ao Conselho Municipal de Saúde e, também à Câmara dos Vereadores onde o autor da Lei possa examinar e verificar o procedimento daquela solicitação. Segunda questão: informou que queriam alertar aos conselheiros, porque eles estavam participando de todas as Conferências Distritais, das seis e pretendiam ir às outras quatro e estavam sendo felizes e bem acatados nas Conferências passadas sobre essa proposta para que a saúde e os dez Conselhos Distritais de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde tivessem espaço na mídia assim como a Educação já tinha com a Multirio e que estavam fazendo essa proposta e que estava sendo bem acatada e que se fosse acatada nas dez Conferências iria para a municipal e naturalmente o Secretário de Saúde teria que olhar com muita paciência e com muito carinho esse desejo de que tenham a mídia para que o pessoal de fora soubessem que eles existiam. Porque na rua em cada um mora, ninguém sabia que você era conselheiro e que ninguém sabia também que existia nem o Conselho Distrital, nem o Municipal, nem o Nacional de Saúde. Que sem a mídia ficava muito difícil no anonimato conseguirem o respeito do governo e quando tiverem a mídia e o povo puder olhar a cara deles e ficarem surpresos que não sabiam que a pessoa era isso e não sabia que existia Conselho, que, naturalmente, a população iria recorrer porque a mídia era um instrumento mágico e quem assiste televisão ficava fascinado e passava a participar e que quando tiverem a mídia, certamente, haverá uma revolução no Conselho Distrital e no Conselho Municipal de Saúde e que eles terão muito mais valor para defenderem o controle social porque sem a mídia, sem o povo do lado o controle social fica muito carente e muito desprovido de poder. Finalizou agradecendo. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1)** agradeceu a presença e não havendo mais nada a ser informado foi encerrada a reunião às dezoito horas e 10 minutos e, eu **Carmem Terezinha Gomes Sasaki** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** como substituta do presidente deste Conselho **Dr. Daniel Ricardo Soranz Pinto**.

Carmem Terezinha Gomes Sasaki

Maria de Fátima Gustavo Lopes

/wuca